



PAPERS DO NAEA

ISSN 15169111

PAPERS DO NAEA Nº 280

MITOS INTERPRETATIVOS DA HISTÓRIA ECONÔMICA MATOGROSSENSE

Fábio Carlos da Silva
Ivana Aparecida Ferrer Silva

Belém, Junho de 2011

O Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) é uma das unidades acadêmicas da Universidade Federal do Pará (UFPA). Fundado em 1973, com sede em Belém, Pará, Brasil, o NAEA tem como objetivos fundamentais o ensino em nível de pós-graduação, visando em particular a identificação, a descrição, a análise, a interpretação e o auxílio na solução dos problemas regionais amazônicos; a pesquisa em assuntos de natureza socioeconômica relacionados com a região; a intervenção na realidade amazônica, por meio de programas e projetos de extensão universitária; e a difusão de informação, por meio da elaboração, do processamento e da divulgação dos conhecimentos científicos e técnicos disponíveis sobre a região. O NAEA desenvolve trabalhos priorizando a interação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Com uma proposta interdisciplinar, o NAEA realiza seus cursos de acordo com uma metodologia que abrange a observação dos processos sociais, numa perspectiva voltada à sustentabilidade e ao desenvolvimento regional na Amazônia.

A proposta da interdisciplinaridade também permite que os pesquisadores prestem consultorias a órgãos do Estado e a entidades da sociedade civil, sobre temas de maior complexidade, mas que são amplamente discutidos no âmbito da academia.

Papers do NAEA - Papers do NAEA - Com o objetivo de divulgar de forma mais rápida o produto das pesquisas realizadas no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e também os estudos oriundos de parcerias institucionais nacionais e internacionais, os Papers do NAEA publicam textos de professores, alunos, pesquisadores associados ao Núcleo e convidados para submetê-los a uma discussão ampliada e que possibilite aos autores um contato maior com a comunidade acadêmica.



Universidade Federal do Pará

Reitor

Carlos Edilson de Almeida Maneschy

Vice-reitor

Horacio Schneider

Pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação

Emmanuel Zagury Tourinho

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

Diretor

Armin Mathis

Diretor Adjunto

Fábio Carlos da Silva

Coordenador de Comunicação e Difusão Científica

Silvio Lima Figueiredo

Conselho editorial do NAEA

Armin Mathis

Edna Maria Ramos de Castro

Fábio Carlos da Silva

Juarez Carlos Brito Pezzuti

Luis Eduardo Aragon

Marília Ferreira Emmi

Nirvia Ravena

Oriana Trindade de Almeida

Setor de Editoração

E-mail: editora_naea@ufpa.br

Papers do NAEA: Papers_naea@ufpa.br

Telefone: (91) 3201-8521

Paper 280

Revisão de Língua Portuguesa de responsabilidade do autor.

MITOS INTERPRETATIVOS DA HISTÓRIA ECONÔMICA MATO-GROSSENSE

Fábio Carlos da Silva¹, Ivana Aparecida Ferrer Silva²

Resumo:

A maioria das interpretações da história econômica mato-grossense privilegia os fatores externos, desconsiderando a importância dos fatores endógenos, o que gera pontos controversos nas análises sobre a formação socioeconômica estadual. O artigo busca identificar mitos decorrentes da pesquisa histórica: isolamento geográfico, vazio demográfico, abordagem do produto principal exportador e a violência. A distância geográfica, o isolamento e a baixa densidade populacional são considerados fatores que contribuíram para o tardio interesse nacional na interiorização do país. A abordagem do produto principal apagou parte da história econômica do Estado de Mato Grosso, no sentido em que atividades econômicas paralelas eram desconsideradas. A violência presente nas análises sobre a economia colonial aurífera mato-grossense, não é privilégio local, mas esteve presente também em Minas Gerais, principal pólo extrativo do ouro, e está associada a fatores mais gerais da história política brasileira, não se tratando essencialmente de “violência por si só”, mas de descontentamentos entre habitantes e invasores, colonizadores e colonizados, era uma resposta a estrutura imposta pelo governo português. A compreensão da história econômica do Mato Grosso com foco nos acontecimentos endógenos e a importância da produção agropecuária e extrativista e dos circuitos internos de comercialização e abastecimento entre as regiões do Mato Grosso, em contraponto às interpretações focadas na visão capitalista européia predominante, permite revelar a identificação de interesses e ideologias existentes na estrutura social e econômica do Estado, e o reflexo da mesma na realidade atual.

Palavras-chave: História econômica. Mato Grosso.

¹ Doutor em História Econômica e Professor do NAEA/UFPA.

² Doutoranda do NAEA/UFPA e Docente do Departamento de Administração da Universidade Federal de Mato Grosso.

Introdução

O artigo analisa os acontecimentos históricos que embasaram a formação socioeconômica do estado do Mato Grosso como resultados da articulação entre contextos e atores, na qual disputas econômicas, políticas e sócio-culturais se estabeleceram e deram origem às trajetórias³ que contribuíram para interpretações falaciosas da história econômica do Mato Grosso.

Segundo Trindade (2010) uma parcela dos acontecimentos sócio-econômicos mato-grossenses ficou ofuscada pela força institucional que acorrenta o intelectual orgânico, identificado por Gramsci⁴ e direciona o enfoque histórico aos fatores externos, ao misticismo e ao heroísmo que dissimula as reais intencionalidades nos documentos oficiais. A supremacia dada às relações comerciais internacionais, adotando como foco os produtos exportáveis, acaba por desconsiderar a importância dos fatores endógenos, o que gera pontos controversos nas análises sobre a formação socioeconômica estadual.

Nesse sentido, o artigo busca identificar mitos recorrentes na pesquisa histórica, entre eles, o isolamento geográfico, muito comum nos livros de história de Mato Grosso; o discurso político ideológico do vazio demográfico, que desconsidera toda a população autóctone e os já residentes.

Tanto o isolamento, quanto a espacialização são considerados fatores que contribuíram para o tardio interesse nacional na interiorização do país. A violência presente nas análises sobre a economia colonial aurífera mato-grossense não é privilégio local, mas esteve presente também em Minas Gerais, principal pólo extrativo do ouro e está associada a fatores mais gerais da história política brasileira, não se tratando essencialmente de “violência por si só”, mas de descontentamentos entre habitantes e invasores, colonizadores e colonizados, era uma resposta à estrutura imposta pelo governo português.

A compreensão da história econômica de Mato Grosso com foco nos acontecimentos endógenos, sem demandar uma preocupação com o rigor dos períodos cronológicos, enfocando os aspectos internos, permitirá aclarar a estrutura social oculta nos contextos históricos. Associado a essa vertente será dada importância a produção agropecuária e extrativista, aos circuitos internos de comercialização e abastecimento entre as regiões do Mato Grosso, de modo a permitir um contraponto às interpretações focadas na visão capitalista européia que predominam na literatura.

Para Lenharo (1982) a explicação mítica foi uma característica comum no período colonial da história econômica da capitania de Mato Grosso. Tal modelo interpretativo não foi elaborado e reelaborado por casualidade, serve a um ideal aristocrático localista, no intuito de dispensar as pesquisas e a reflexão crítica. A construção do mito bloqueia a possibilidade de

³ Segundo Licha (2004) a evolução de um processo está condicionada pela sua própria história. Para entender o resultado do processo é necessário considerar os eventos específicos que ocorreram em distintos momentos do passado.

⁴ Trindade (2010) apresenta o conceito de “intelectual orgânico”, na perspectiva gramsciana como aquele que dispõe de um complexo de relações com as estruturas de poder que o mantêm, atuando para atender aos objetivos do grupo social dominante, no caso, colaborar com a propaganda doutrinária em voga, tendo em vista o discurso que permeia suas publicações.

questionamentos e surge para mascarar a falta de um discurso histórico, atribuindo heroísmos e virtudes ao grupo representante do poder local. Resta à pesquisa histórica desvendar as razões objetivas e subjetivas dessa inevitável disritmia, cujos desdobramentos marcaram todo o transcorrer dos séculos XVIII, XIX e parte do século XX. A releitura da historiografia econômica do estado de Mato Grosso, dando foco à figura do mito, permitirá entender a conjuntura entorno dos fatos e inserir a razão onde ela é falha.

As condições históricas de cada lugar tendem a ser contadas a partir da visão direcionada de outros autores, nesse sentido replicam as percepções, a socialização, ideologias e contextos específicos. Segundo Albuquerque (1977) a teoria econômica ortodoxa observa os fatos *a posteriori* e pouco auxilia no estabelecimento de relações causais. O economicismo e a visão capitalista eurocentrada foram preponderantes nos estudos da história econômica brasileira, levando a adoção de métodos do produto principal e a uma divisão cronológica, na qual, os ciclos do produto exportador se apresentam como uma relação única. No entanto, essa subdivisão da história econômica em períodos ou ciclos pode levar a interpretações cartesianas, fazendo com que as especificidades históricas e as conjunturas sócio-econômicas, políticas e culturais sejam subestimadas e estilizadas. Entende-se que a abordagem do produto principal acaba por esconder as estruturas socioeconômicas, cultural e política existentes na região.

O não-historicismo e a subestimação da especificidade histórica dos países subdesenvolvidos tornam a teoria ortodoxa incapaz de avaliar as circunstâncias peculiares que em cada lugar ou categoria socioeconômica, condicionam as inversões e dão a medida de sua fecundidade e capacidade de determinar um processo auto-estimulante de crescimento que é o que se procura realizar⁵.

Com o suporte crítico de Lenharo (1982) busca-se redimensionar a noção de “regional”, introduzindo uma nova opção metodológica na perspectiva das conjunturas globais que estiveram entorno das estruturas econômicas e das relações sociais, abarcando uma visão de totalidade do processo histórico. A intenção é demonstrar como se formava, no século XVIII, o circuito interno de comércio, a transferência do excedente produzido para a metrópole, pois o mercado colonial servia como reserva para a espoliação da burguesia metropolitana, abarcando todo um contexto de interesses maiores dentro da dinâmica local. Nesse sentido, optou-se por apresentar as atividades econômicas desenvolvidas no estado de Mato Grosso, conforme a história econômica regional o faz, mas, paralelamente aos fatos, serão levantados aspectos críticos e míticos.

O extrativismo mineral em Mato Grosso

Segundo Albuquerque (1977) desde 1660 foram identificados por bandeirantes paulistas sinais de ouro na região de Minas Gerais, contudo a coroa portuguesa proibiu a população de São Paulo de controlar as minas, fazendo surgir além de revoltas⁶, fluxos migratórios para o interior do país. É nesse contexto que os bandeirantes paulistas adotavam a caça ao índio como uma atividade econômica e adentravam o centro-oeste do país.

⁵ Caio Prado Jr. (1972, p.87 apud ALBUQUERQUE, 1977, p.5).

⁶ A pressão portuguesa sobre os paulistas culminou com confrontos como a Guerra dos Emboabas (1710), posteriormente a Revolta de Curvelo 1775 e a Inconfidência Mineira 1789.

O acesso ao Brasil Central, naquele período, era essencialmente fluvial, mas as Bandeiras e as Monções⁷ já circulavam pela região há algum tempo e estas não eram as únicas, a presença de espanhóis e de inúmeras etnias indígenas eram comuns na região. A descoberta aurífera “acidental” em 1718 passa a ser o marco primeiro para a constituição de um núcleo populacional nas terras de Mato Grosso, cuja migração passa a ser dinamizada pela possibilidade de enriquecimento rápido (HOLANDA,1995).

Para Lenharo (1982) a existência de coincidência de baixa relativa na produção aurífera em Minas Gerais e o descobrimento de novos filões no centro-oeste gerou uma orientação de fluxo migratório para as minas de Cuiabá, entre os anos de 1719 a 1727, posteriormente para as minas de Goiás 1728 a 1733, entre outras jazidas descobertas, posicionamento nômade da população, acompanhando as descobertas auríferas no território.

Alguns fatores contribuíram para o desencorajamento da mineração no estado de Mato Grosso: a pressão fiscal- de acordo com Siqueira, Costa e Carvalho (1990) Cuiabá desde 1727, quando foi elevada à categoria de vila, recebe a missão de garantir o aumento das rendas da Coroa, via arrecadação do quinto, um denso aparato jurídico, político e econômico foi instalado; a condição precária e insalubre de vida nas minas; e o alto custo das mercadorias vendidas pelas companhias de comércio, monopólios que realizavam trocas injustas. Esses fatores associados ao não desenvolvimento de técnicas avançadas para a extração do minério do solo causaram grande evasão populacional em Cuiabá. A itinerância populacional acompanhava o fluxo do ouro de aluvião, possibilitou a descoberta de várias jazidas espalhadas por grande parte da capitania e o surgimento de povoados.

Além do ouro, as Companhias que exerciam o monopólio do comércio adquiriam drogas do sertão, polpa de tamarindo, artesanato indígena entre outros produtos exportados. Os roteiros de circulação não poupavam as mais distantes áreas de produção do interior da colônia, visto que, os sobre-lucros compensavam todos os esforços. Conforme Lenharo (1982) o comércio nas minas era marcado por trocas desiguais, a dificuldade e distância das vias de acesso colaboravam para elevar o custo das mercadorias, contudo o monopólio do comércio, o contrabando e a pressão exercida pela coroa na cobrança de impostos e na manutenção do *status quo*, agravavam o estilo de vida na região.

A circulação interna de mercadorias assegurava o fluxo mercantil e estabelecia relações travejadas de imposições exclusivistas do sistema colonial. Através dos monopólios, que favoreciam a lucratividade excepcional, os comerciantes portugueses detinham na colônia a exclusividade da compra (ouro) e venda dos produtos, que lhes garantiam colher sobre-lucros por dois lados.

De acordo com Lenharo (1982) existia um caráter essencialmente espoliador das trocas comerciais entre metrópole⁸ e colônia, estruturadas à base de imposições monopolísticas que eram determinadas pelo sistema colonial. Segundo o historiador, o protecionismo e o monopólio eram fundamentais para que o comércio acontecesse, visto que, os produtos portugueses não teriam lugar no

⁷ Sobre as monções ver: HOLANDA, Sérgio Buarque de. Monções. São Paulo: Alfa-Omega, 3ed, 1990.

⁸ Para Lenharo (1982) a constituição das desigualdades das trocas comerciais entre o comércio da capitania e a metrópole, favorecia a apropriação da parte mais expressiva do excedente pela metrópoles e por outros pólos mercantis, como Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo, Belém. Existiam, ainda, centros menores como Meia-Ponte- GO, Cuiabá-MT, Vila Bela-MT.

Brasil pela qualidade inferior e alto valor. A estrutura comercial dicotômica entre centro mercantil e colônia se constitui como crucial ao processo de acumulação primitiva e um dos elementos pré-condicionadores do desenvolvimento do capitalismo na Europa.

O ônus social acarretado pelas trocas desiguais no interior da colônia implicava num viver em condições críticas nas zonas de mineração. Agravadas com a decadência irreversível da mineração na capitania, a capacidade de importar da capitania foi mantida pela exploração de diamantes⁹ em Diamantino (exploração a priori proibida) e pelo contrabando de prata (sob incentivos de autoridades portuguesas) na fronteira do oeste.

Na segunda metade do século XVIII, foi necessário um ordenamento no conjunto de forças produtivas, de modo a garantir uma substituição defensiva de importações. A espontânea substituição das importações acontece com as fazendas de pecuária, engenhos de açúcar, pequenas propriedades dedicadas à produção de mantimentos, nos limites próximos aos mercados urbanos. Na aldeia de Santana ou “Lugar dos Guimarães”, hoje o município de Chapada dos Guimarães, sede de muitos engenhos e fazendas, a agricultura tocada pela população indígena, era bastante diversificada, constante de milho, feijão, mandioca, cana-de-açúcar, café e algodão.

Há indícios de propriedades mistas, onde a complementaridade de funções era comum, como exemplo, a fazenda Jacobina com 200 escravos e igual número de gente forra, agregados, crioulos, mulatos e índios (escravos, agregados e assalariados). O caráter mercantil da atividade agro-exportadora permanecerá nas exportações de açúcar, drogas do sertão, e outros gêneros, dando o suporte ao precário poder de intercâmbio comercial.

Para Albuquerque (1977) a exploração do ouro no centro do Brasil trouxe consigo a possibilidade de mobilidade social e econômica ascendente. As circunstâncias conjunturais permitiram o despertar de certo espírito empresarial entre os nativos e o impulso da urbanização, integração econômica nacional e divisão do trabalho, gerando mercado interno para produtos locais como: mulas, gado, alimentos, metal, ferraduras e aros para rodas de carros de boi.

O ciclo do ouro gerou encadeamentos para trás, a integração e o comércio das cidades estímulo para a economia, renda-consumo. Tal realidade, apesar de mais efetiva no estado de Minas Gerais, também teve suas repercussões em Mato Grosso. Mesmo que toda a Legislação do século XVIII visasse suprimir a liberdade econômica e oprimir os habitantes locais em função do aparelhamento administrativo fiscal para arrecadação dos impostos, o ouro estabeleceu aspectos relevantes na integração das regiões e no intercâmbio comercial.

A constituição da Companhia de Mineração de Mato Grosso, em 1815, sinaliza a existência do enriquecimento advindo da mineração e do comércio e associados ao governo uniram capital em ações para modernizar as técnicas mineradoras e de beneficiamento de ferro. Em 1878 foi fundada a Sociedade Mineralógica de Mato Grosso, ambas desfizeram-se sob a alegação de inviabilidade

⁹ Siqueira, Costa e Carvalho (1990) O medo de despertar o interesse da coroa espanhola fez com que a exploração de diamantes fosse legalmente proibida, contudo a decadência sintomática do ouro pressionou a garimpagem clandestina. Em 1804 a Coroa autorizou a exploração sob a alegação governamental de que a receita da capitania seria aumentada substancialmente, nessa ocasião as estradas foram limpas e providenciado o abastecimento. A infra-estrutura era providenciada a partir do interesse da Coroa.

financeira. Capitalistas estrangeiros estavam presentes em Mato Grosso, fundando a *Transpacific Mining and Company* que posteriormente foi vendida a *Mato Grosso Gold Dredging Company*.

A decadência arrastada da mineração não chegaria a desagregar a vida urbana, nem levar a involução das relações mercantis internas e externas à Província. Vale ressaltar que desde o século XIX já se percebe a necessidade de aprimoramento técnico da produção, e a presença de capitalistas estrangeiros investindo na extração do minério na região. Conjunturas externas de valorização internacional da demanda pelo ouro são parcialmente responsáveis pelos altos e baixos da produção, além da modernização nos processos de extração, cujo aprimoramento técnico mantém a atividade produtiva no estado na atualidade.

A produção açucareira o engenho, as usinas e a agroindústria canavieira

Paralelamente às atividades mineradoras surgem os engenhos para produção do açúcar e da aguardente para abastecer a sociedade local. O início da produção data 1727, conforme Borges (1991), mas isso descontentava a Coroa, que acreditava que apenas a mineração era necessária. Qualquer outra atividade poderia desviar os trabalhadores dos lucros para a Coroa. Em 1735 foi enviado pelo governador da capitania de São Paulo um bando para destruir todos os engenhos existentes nas minas de Cuiabá, contudo, eles continuaram a proliferar às margens dos rios, visto a necessidade de abastecimento da circunvizinhança. Em 1775 ocorre a extinção quase que total dos engenhos do distrito cuiabano, em função do elevado preço dos tributos.

A partir de 1856 é aberta a navegação pelo Rio Paraguai e o comércio internacional passa a incluir Mato Grosso como mercado consumidor. Todos os tipos de mercadorias chegavam da Europa, via Estuário do Prata, rio Paraguai e rio Cuiabá. As máquinas e equipamentos industrializados para o beneficiamento do açúcar foram comprados e os antigos engenhos se modernizaram e foram transformados em usinas. Não houve um ciclo do açúcar, mas sim, o estabelecimento de engenhos e usinas para alimentar, literalmente, a demanda endógena. Entretanto, o encadeamento do efeito difusor nessa atividade econômica é mínimo, visto que, as relações de trabalho estabelecidas são precárias, a mão de obra é em grande parte escrava o que não consolida um mercado consumidor estruturado.

Foi no fim do período do escravismo, a partir de 1887, que se dá a ocorrência do desenvolvimento da agroindústria no Rio-Abaixo, destacando-se as usinas Itaicy, Aricá, Conceição, São Miguel e Flexas, que abasteceram o mercado mato-grossense. A prospecção das indústrias não foi maior, em função dos monopólios paulistas emergidos em fins do século XIX. No século XX as usinas de açúcar e álcool se instalam em território mato-grossense sob o incentivo, na forma de subsídios, do governo federal, contudo não é foco do presente artigo a constituição atual das indústrias açucareiras do estado e sim a identificação dos mitos existentes na historiografia regional dos séculos XVIII e XIX.

A produção da erva-mate

Parte da literatura não apresenta a economia da erva-mate com a riqueza de detalhes e com a complexidade demandada. O contexto social, político e econômico que fez parte de mais de 70 anos

de exploração da erva-mate em Mato Grosso influenciou costumes, estruturas sociais e políticas públicas na região.

Para Queiroz (2009) o hábito de usar as folhas da erva-mate remonta aos antigos habitantes da região, mais especificamente os Guaranis passando a ser adotado pelos conquistadores europeus e seus descendentes. A comercialização da erva já se fazia presente no vizinho Paraguai. Aires de Casal, em 1817, preconizou o aproveitamento dos ervais nativos, que teve sua efetiva exploração, após a abertura do Rio Paraguai, estuário do Rio da Prata, à navegação brasileira, 1850.

Desde a primeira metade do século XIX ocorreu a frente de expansão, fenômeno no qual a população do sul e sudeste do Brasil migram para Mato Grosso. Após 1890, em função da Revolução Federalista, muitos Gaúchos passam a vir para a região, além de imigrantes paraguaios em busca de melhores condições de vida no pós-guerra. O povoamento da região deu origem a núcleos populacionais, cujas atividades produtivas eram a agricultura, a criação de gado e a comercialização da erva-mate, antes e após a guerra. A interrupção do comércio da erva se deu por ocasião da Guerra do Paraguai ou da Tríplice Aliança, que durou de 1864 a 1869. De acordo com Doratioto (2002) existiram motivos¹⁰ diferenciados que culminaram para a guerra, entre eles estão as rotas fluviais que atingiam o Pacífico e mantinham a comunicação fluvial com Mato Grosso; *uti possidetes*, a demanda pelo cumprimento do Tratado de Santo Ildefonso de 1777; e assegurar que a Argentina não influenciasse, incorporasse ou dominasse o Paraguai.

No período da guerra as perdas não foram apenas econômicas, com a desestruturação do comércio e atividades produtivas já estabelecidas, mas um grande contingente populacional foi dizimado. O endividamento nacional para manter o fornecimento de armamento, munição e alimento aos combatentes, pode ser encarado como a perda de investimentos que poderia ter sido feito no desenvolvimento do país.

A Guerra do Paraguai destruiu a estrutura produtiva da erva-mate existente no Paraguai, e com o fim da guerra foi possível ampliar o espaço para a comercialização do produto brasileiro. Em 1882, o empreendedor Tomás Laranjeira, fornecedor de gêneros no período da Guerra e membro da Comissão Mista Demarcatória de Limites entre Brasil e o Paraguai, recebe a concessão para explorar a atividade extrativa da erva-mate, solicitada em 1878. Como homem visionário, em 1890 ele se associa aos irmãos Murtinho, influentes da política local, para fundar a Companhia Matte-Laranjeira e o Banco Rio e Mato Grosso. Ambas organizações estruturadas nos moldes empresariais avançados para o período e que em poucos anos de funcionamento viabilizaram uma vasta infra-estrutura de extração e transporte, com seis portos próprios, embarcações, estradas de terra e dois trechos de ferrovias.

Devido ao maciço investimento no escoamento e na logística a empresa enfrentou dificuldades de liquidez em um primeiro momento. Em 1902, a Companhia e o Banco declararam falência e foram liquidados, porém seu acervo foi adquirido por Tomás Laranjeira, que em uma

¹⁰ Segundo Doratioto (2002) o Brasil entra na Guerra com três objetivos específicos: obter livre navegação no rio Paraguai até o estuário do Prata, garantindo a comunicação fluvial da província de Mato Grosso e o escoamento comercial da rota com o Pacífico; segundo objetivo estabelecer um tratado delimitando as fronteiras com o país Guaraní, de modo a ratificar o direito internacional de expansão territorial brasileira ocorrida no período colonial; e o terceiro objetivo do império era procurar conter a influência Argentina sobre o Paraguai, que ambicionava ser o centro de um Estado que abrangesse o território do antigo vice-reino do Rio da Prata, incorporando o Paraguai.

manobra estratégica associou-se ao principal distribuidor do produto na Argentina, o Sr. Francisco Mendes, que sempre foi seu aliado no negócio, criando a Laranjeira, Mendes e Cia, uma sociedade mercantil. Em 1917, a empresa passou a ser sociedade anônima S.A. sediada na Argentina e, em 1929 recria a S.A., o Rio de Janeiro, o que demonstra a adaptabilidade conjuntural e o padrão empresarial de seus gestores.

Os funcionários eram em sua maioria índios e paraguaios. O capital financeiro da empresa se fortalece e passa a movimentar uma economia seis vezes maior que a do Estado, a erva-mate extraída de terras concedidas pelo estado, acaba entrando na disputa de terras no Estado, já que a matéria-prima era concessão estatal. A intensa postura política e de adaptação e renegociação dos empresários fez com que mantivessem a exploração da área até 1949, mesmo que em 1937 o governo Vargas tenha recusado a renovação da concessão e a exploração continuou via acordos regionais.

Os migrantes que se estabeleceram na região muito pressionaram o monopólio da empresa, que durante, praticamente 70 anos, apresenta-se como o ator protagonista na exploração da erva-mate. A organização dos migrantes aliadas à elite mato-grossense que não concordava com o monopólio passa a fazer frente à Companhia. Exemplo disso está na Lei estadual 1915 que garantiu aos posseiros estabelecidos na região, a preferência para aquisição das áreas e entre 1919 e 1924 centenas de títulos foram expedidos. Com essa manobra os pequenos produtores organizaram-se em cooperativas e em 1938 foi fundado o Instituto Nacional do Mate para apoiar a produção e a indústria no sul do país. Reverses da política de nacionalização executada na Era Vargas que temia a disseminação do idioma guarani, muito comum na região e suporte institucional para estabelecer os migrantes estimulados pela Marcha para o Oeste. A exploração dos ervais sul mato-grossenses foram muito além da atuação da Companhia. Conforme apresentado por Queiroz (2009), a produção passou a ser trabalhada conforme as províncias do sul do nosso país, pelos pequenos produtores que faziam o cancheamento, primeiro beneficiamento e posteriormente vendiam aos “moinhos” que repassavam a produção ao consumidor final.

A erva-mate não mais faz parte da produção econômica do estado de Mato Grosso, pois a região corresponde a essa atividade produtiva é o atual estado de Mato Grosso do Sul, contudo, a história econômica da produção de erva-mate demonstra uma realidade de favorecimento da elite local e a desvalorização dos trabalhadores indígenas, paraguaios e migrantes mão-de-obra fundamental no trabalho de extração da erva. Um aspecto positivo que pode ser destacado é a reestruturação produtiva promovida pelos pequenos produtores, realidade de superação das injustiças, conquista de terras e direitos de igualdade aos trabalhadores, que antes eram ignorados pela literatura e pelo poder político regional.

A ipecacuanha, ipeca ou poaia

De acordo com Miranda (1983) a Ipecacuanha ou Poaia foi explorada de forma intensa em Mato Grosso e se configura como uma relevante atividade produtiva que empregava pessoas entre o período de outubro a abril, mas chegou a gerar uma estrutura socioeconômica na região. A Ipecacuanha ou Poaia é um arbusto cujas raízes possuem propriedades medicinais, pelo alto teor de alcalóides, principalmente a emetina. Encontrada em meio a mata cerrada, a poaia foi explorada a

partir do século XVIII, e no século XIX houve um incremento sistemático na exportação da raiz para a Europa. No século XX, a partir de 1940, o mercado interno passa a consumir essa matéria prima o que aumenta a demanda pelo produto. Em Mato Grosso as cidades de Cáceres, Barra do Bugres, Vila Bela e Cuiabá tinham grandes extensões de terras arrendadas, principalmente matas localizadas na bacia do rio Paraguai e Guaporé, e trabalhadores assalariados eram contratados para extrair a raiz e secá-la. A produção era levada à feitoria que se encarregava do comércio. A remuneração dos trabalhadores era conforme a produtividade e colheita que ocorria na época das chuvas.

Podem-se perceber algumas complementaridades entre a exploração da Ipeca (outubro a abril-chuvas) e da seringa (maio a setembro-seca), ocorriam em períodos distintos e possuíam estruturas de trabalho muito parecidas. É necessário um melhor aprofundamento na presente atividade, pois nos documentos oficiais foi pouco trabalhada e atualmente a atividade passou a ser pesquisada e relatada por descendentes dos poaieiros.

A extração do látex - borracha

Segundo Siqueira, Costa e Carvalho (1990, p.61) a utilização da borracha pelos indígenas era uma prática comum. A goma elástica tinha diferentes usos, inclusive como pagamento de tributos entre os indígenas do México. Charles Marie de La Condamine, em 1743, apresentou à Europa as seringueiras nativas da região amazônica. Em seguida, passa a existir a utilização em pequena escala do látex, contudo a partir de 1840, quando o processo de vulcanização foi descoberto por Charles Goodyear inicia-se um novo tempo, no qual a matéria-prima passa a ser demandada em larga escala pelas indústrias européias.

De acordo com Ribeiro (1997) a extração de borracha em Mato Grosso teve seu momento inicial no ano de 1867, na região de Água Fria, rio Pulador, município de Diamantino. Para Siqueira, Costa e Carvalho (1990) as seringueiras e mangabeiras situavam-se ao longo do curso dos rios. Nas áreas de floresta as seringueiras eram mais comuns e nas áreas típicas de cerrado as mangabeiras se proliferavam. O látex da mangabeira branco-azulado foi avaliado junto aos laboratórios de Paris e a qualidade constatada.

As primeiras referências sobre a comercialização do produto e sua relevância internacional despertam o interesse do governo provincial pela exploração da borracha, que passa a estimular a produção nos moldes do que ocorreria no resto da Amazônia. Todo o escoamento da produção matogrossense acontecia fluvialmente, pois a extração acompanhava os rios Amazonas e Paraguai, que na época, eram as vias utilizadas. No Amazonas, a produção matogrossense juntava-se à produção amazônica, considerado um dos principais produtos de exportação matogrossense, verifica-se na prática que a parte exportada pelo Amazonas não figurou como sendo de Mato Grosso, impossibilitando com isso, a merecida maior posição de destaque que o produto poderia ter tido, na economia regional.

Quando o escoamento se dava pelo estuário do Prata, a produção era exclusivamente matogrossense, sobrevivendo o contrabando, em função da cobrança excessiva de tributos. A produção extraída em Mato Grosso ia para a Bolívia, que apesar de produzir pouco, fornecia uma relevante quantidade do produto ao mercado. Conforme Ribeiro (1997), mesmo após a concorrência com a

produção asiática, a produção de borracha em Mato Grosso foi de 1.536 ton. nos anos de 1928 a 1937, equivalente a 9,52% da produção brasileira que era de 16.144 ton., em 1929 a produção de borracha ainda ocupava o terceiro lugar na arrecadação estadual. Mesmo não sendo o maior estado brasileiro produtor de borracha, pode-se verificar que não era desprezível a produção mato-grossense neste setor. A criação do território do Guaporé em 1943 acaba com a exportação da borracha de Mato Grosso, uma vez que as maiores áreas de seringueiras estavam localizadas naquela região, atualmente o estado de Rondônia.

Em 1953, foi fundada a Superintendência para Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) com o objetivo ao incentivo e financiamento da produção regional. Surgiu então, o Banco de Crédito da Amazônia, que adotou uma política objetiva para o fomento da produção gomífera e planos para comercialização. Mato Grosso em 1961 produzia 1220 toneladas de borracha para uma produção nacional de 23.000 toneladas e a produção tende a aumentar devido ao cultivo que estava se expandindo. Em 1967 é criada a SUDHEVEA (Lei 5.227) com o intuito de ser o órgão executor de uma política da borracha no Brasil, cujo órgão normatizador do setor foi o Conselho Nacional da Borracha. Essas instituições representaram uma reorientação da política governamental para esta matéria-prima. Entendendo a borracha como produto estratégico, o governo militar decide intervir na produção e no mercado do elastômero, com fins de conquistar a auto-suficiência em borracha natural.

Em 1972, a heveicultura volta ao Estado de Mato Grosso que possuía então, após catorze anos de trabalho (1958 a 1972), 6.972 ha de seringueiras plantadas, (Programa de Incentivo à Produção de Borracha Natural PROBOR), contudo o grau de abandono das áreas de seringa eram tais que para se iniciar o atual período de trabalho com seringa, fez-se necessário buscar material clonal em outros Estados. Em 1989, após 17 anos de trabalho dos produtores, Emater-MT e SUDHEVEA, o Estado possuía 41.756 ha de seringais de cultivo.

Grandes empresas como a Pirelli, Bom Brasil, Bonson Amazônia, Michelin instalavam suas usinas nos municípios produtores do estado, de modo a comprar a matéria prima dos pequenos produtores, contudo a baixa produção pelo corte nos incentivos governamentais acabaram afugentando a maior parte das empresas. Nas usinas, fazia-se o beneficiamento primário do látex, que consiste no tradicional processo de lavagem, formação de crepe e secagem. Na última década, novas tecnologias surgiram, as usinas passaram a adotar a granulação, que homogeneiza a matéria-prima. Os clones foram sofrendo melhorias genéticas e a produção foi se tornando mais estável e melhorando a qualidade. A produção de borracha ficou estagnada durante todo esse período, mas nunca parou totalmente.

Da pecuária de subsistência às indústrias exportadoras

Segundo Furtado (1971) no século XVII, em Mato Grosso, já existia uma economia pecuária rudimentar, na qual evidenciava algumas exportações de couro. A região vivia independentemente e tenderia a desenvolver-se num regime de subsistência, sem vínculos de solidariedade econômica que a articulasse. A preocupação política de evitar o surgimento na colônia de qualquer atividade que concorresse com a economia metropolitana, era o que impedia o desenvolvimento de qualquer atividade produtiva. Entretanto, a atividade criatória se estabeleceu pela necessidade de suprimento

local e força animal, mas logo foi proibida no litoral, para não concorrer com as plantações de cana de açúcar. Assim, os produtores passaram a adentrar pelas terras orientais da colônia para efetivar a criação do gado.

Segundo Borges (1991) a partir de 1737, já se tem registro de rebanhos de gado em Mato Grosso. Chegaram com a expedição realizada com o fim de abrir a estrada Cuiabá-Goiás. Durante o período colonial, não se atingiu um crescimento autônomo, em função da epizootia e do contrabando. Após a Guerra do Paraguai, a atividade ganha fôlego e com a estrada de Ferro Noroeste do Brasil, em 1914, foi possível incrementar a atividade, pois o escoamento da produção ficava mais ágil. Em 1920, o estado foi considerado o quarto maior detentor de rebanho bovino brasileiro.

Garcia (2005) mostra que uma das características do setor é a internacionalização da produção e que as principais propriedades dedicadas a criação de gado eram controladas por companhias estrangeiras, como os grupos Farquhar e outros (grupo Belga, Uruguaio e Argentino), que agiam na forma de monopólios, intensificando os processos de concentração fundiária.

No período republicano, houve certa evolução das exportações do gado em pé, principalmente entre 1910 a 1930, sendo que de 1902 a 1909 prevaleceu a exportação do couro. O beneficiamento da carne intensifica-se com a produção da Indústria Descalvado que fabricava caldos concentrados e extratos de carne. A fábrica iniciou como uma típica charqueada argentina, no local denominado Morro Escalvado, às margens do rio Paraguai, município de Cáceres.

Em 1881, a empresa é negociada ao uruguaio Jaime Buxareo, que investiu na modernização da produção. O empresário contratou mão-de-obra especializada e um químico francês que dominava a tecnologia da produção de extrato de carne. Investiu em equipamentos de vanguarda para a época: máquinas a vapor, bombas d'água, tornos mecânicos, serraria e todas as instalações necessárias para a produção em larga escala, toda ela percorrida por trilhos, nos quais pequenos vagões transportavam os produtos, e ligava-se ao porto, situado às margens do Rio Paraguai.

Os produtos de Descalvado logo chegaram ao mercado europeu, aproveitando a rede comercial que Buxareo havia montado a partir das empresas de sua família no Uruguai, tendo ganhado vários prêmios em exposições internacionais. Borges (1991, p.91) apresenta requerimento do proprietário ao governo provincial, solicitando isenção dos direitos cobrados, comprometendo a compensações por conduzir gratuitamente as malas de correio e trazer emigrantes de Assumpção.

A solicitação de negociação de impostos é algo que aparece com certa frequência, visto que, os valores cobrados tendiam a inviabilizar os negócios e os acordos políticos precisavam ser executados. Em 1895, a indústria foi vendida para grupo de capitalistas belgas, organizados numa empresa sediada em Antuérpia – a *Compagnie des Produits Cibils*. Empresas belgas começaram nesse período a comprar concessões de terras para extração de borracha, todas localizadas ao longo da fronteira com a Bolívia ou próximas a ela. O declínio da borracha fez com que o grupo deixasse os investimentos em Mato Grosso.

O apogeu da industrialização do charque em Mato Grosso ocorreu nos meados de 1920. Durante a Primeira Guerra Mundial houve um aumento significativo na produção de charque, contudo, o monopólio das indústrias frigoríficas paulistas pressionaram a evolução do setor e a exportação do gado em pé, pela Estrada de Ferro Noroeste, indicando uma tendência de crescimento (BORGES, 1991, p.96).

Outras indústrias se instalaram em solo mato-grossense entre 1870 a 1930, entretanto, a concorrência exercida pelos produtos que vinham da fronteira, via estuário do prata e o valor dos impostos dificultaram a prosperidade das mesmas. Apesar das adversidades dos primórdios da atividade pecuária, ela se configura como uma das mais importantes atividade econômica do estado. O agronegócio profissionalizou-se de modo a agregar a rastreabilidade, a sanidade do rebanho, moderno sistema de criação, engorda e beneficiamento da produção, diversificação de produtos e subprodutos, atraindo grupos internacionais que confirmam a vocação e rentabilidade da atividade, o enfoque dos modernos frigoríficos, atrelados a uma dinâmica de comercialização em um contexto capitalista global não será contemplado no presente artigo.

A explicação mítica

O histórico de cada atividade econômica evidencia nuances de coragem, empreendedorismo e mitos. O mito do isolamento geográfico é apresentado comumente na literatura mato-grossense e nos livros didáticos replicando uma história marcada por feitos heróicos e lutas em defesa do território e da fronteira. Para Mesquita (1936, p.6), conforme apresentado no romance Piedade, o distanciamento das metrópoles e a imensidão territorial do estado de Mato Grosso geraram circunstâncias históricas e mesológicas que criaram uma feição toda peculiar ao lugar.

Para Borges (1991) a localização geográfica do estado foi sempre utilizada como justificativa ao tardio “progresso econômico”. Contudo, o desenvolvimento de vias de comunicação com o Centro-Oeste do país segue uma trajetória decorrente de interesses específicos, primeiro da Colônia e posteriormente do Império e da República. Nunca existiu a real intencionalidade em abraçar a nacionalização e o sentimento de brasilidade, os reais motivos que culminaram em esforços para a construção de vias de comunicação foram as atividades econômicas, potencialmente exportadoras, mais especificamente, o ouro. Mesmo antes que as vias fossem oficialmente criadas, a movimentação de indígenas, bandeirantes e espanhóis já se fazia presente na região.

Tentativas de povoações ocorreram desde o século XVI, com formação de povoado próximo ao rio Paraguai, mas a hostilidade indígena e as investidas das bandeiras afastaram os espanhóis. Os trajetos fluviais¹¹ foram sempre intensos e muito utilizados durante todo o período provincial e começo do período republicano. Em 1730, de modo a viabilizar a expansão da mineração, foi aberta a primeira estrada terrestre em Mato Grosso, que ligava Cuiabá a Goiás. A partir de 1755 a Companhia de Comércio do Grão Pará e Maranhão¹² passou a fazer rotas frequentes pelos Rios Cuiabá, São Lourenço, Paraguai, Jauru e Guaporé, para abastecer a nova capital Vila Bela da Santíssima Trindade,

¹¹ A rota monçoeira, de acordo com Siqueira, Costa e Carvalho (1990) possuía dois distintos trajetos fluviais vindos de São Paulo: o primeiro entre 1719 a 1724 seguindo os rios Tietê (Anhembi), Grande, Anhanduí, Pardo, nesse momento a expedição saía do curso do rio e atravessava os campos das Vacarias por terras, e voltava ao trajeto pelo rio Meteteu, Paraguai e Cuiabá; o segundo trajeto utilizado a partir de 1725 segue os rios Tietê, Paraná, Pardo, Miranda, Sanguessuga, local no qual seria necessário atravessar por terra do Varadouro de Camapuã e em seguida voltava aos rios Coxim, Taquari, Paraguai São Lourenço e Cuiabá.

¹² Fundada em 1755 a Companhia do Grão-Pará e Maranhão era um monopólio de comércio brasileiro criado pelo Marquês de Pombal, na tentativa de concorrer com o comércio britânico, mas impuseram pesados prejuízos aos comerciantes locais brasileiros, portugueses e jesuítas. As companhias de comércio foram criadas um século depois de estas terem gerado riqueza em outros países. (ALBUQUERQUE, 1977)

e demais povoados que surgiram em função da mineração na região dos Rios Guaporé, Paraguai e Arinos. Em 1778, encerra-se a operação do roteiro madeira Guaporé e em alguns momentos, outras rotas foram interrompidas, como o rio Paraguai no período da Guerra do Paraguai. Entretanto, existiam linhas de navegação fluvial a vapor, uma delas de Cuiabá a Corumbá, estendendo-se a Montevideu e ao Rio de Janeiro. A linha era subvencionada pelo Estado, existindo também lanchas a vapor de propriedade das casas comerciais, que serviam primeiramente ao comércio. Uma segunda linha funcionava de Cáceres e Corumbá a Assumpção-Paraguai, pertencente à Companhia União de Villa Maria.

Em 1871, o decreto 4.871 concede autorização para exploração e estudos do traçado de uma estrada de ferro que partiria do Paraná, Antonina e ponto terminal em Villa de Miranda. Iniciada em 1905 e inaugurada em 1914 a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil inicia um novo período de intercâmbio comercial. Outro destaque é a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, contudo, as contingências advindas com a produção de borracha na Malásia, inviabilizaram a otimização de escoamento da produção, intenção maior do projeto. As estradas de rodagem eram denominadas carroçáveis e só em 1929 a rodovia Cuiabá- Campo Grande foi plenamente construída (BORGES, 1991).

A descaracterização do mito se apresenta pela existência de rotas fluviais distintas, uma estrada terrestre e no século XX, a construção de duas estradas de ferro, apesar da complexa condição de trafegabilidade esta não causou o isolamento. A intenção da Coroa Portuguesa em ratificar o Tratado de Santo Ildelfonso e garantir a posse das terras a oeste do Tratado de Tordesilhas assegurou o povoamento da região. Fatos como a construção do Forte Príncipe da Beira e a instalação do aparato administrativo fiscal, que lhes rendia além da posse das terras, o quinto de todo ouro e diamante extraído da capitania, mostram a desmistificação do isolamento.

O contato com as Províncias do Prata, viabilizando as atividades mercantis, o escoamento da produção mato-grossense e a obtenção da prata, reforçam a hipótese de Lenharo (1982). Nos períodos Imperial e Republicano foi a força política das lideranças locais que possibilitou a aproximação entre os grandes centros e o sertão do centro-oeste brasileiro, via manobras políticas e não espaçamento físico. O distanciamento geográfico é uma realidade que somente a evolução tecnológica contemporânea e a ampliação das vias de escoamento puderam minimizar. No entanto esse não foi o único mito identificado.

Inúmeros são os erros e atrocidades cometidas contra as populações indígenas. O mito do vazio demográfico evidencia um desses enganos, no qual a população autóctone foi desconsiderada, marginalizada, escravizada, desaculturada. Um dos autores clássicos sobre história econômica brasileira Prado Jr (1972) afirma que a terra descoberta pelos portugueses era parcamente habitada por raras populações indígenas, ainda na idade da pedra, e nada ofereciam de aproveitável para os fins visados pelos traficantes europeus, nem mesmo uma força de trabalho adequada.

Para Lévi-Strauss (1976) quando a população autóctone não é respeitada, toda a experiência empírica ou a ciência do concreto desenvolvida por essa população se perde. O patrimônio de uma população é um saber sistematicamente desenvolvido, possui toda uma lógica de funcionamento. O conhecimento empírico de uma comunidade é obtido através de séculos de observação ativa e metódica, hipóteses ousadas e controladas, para serem rejeitadas ou comprovadas por meio da

experiência incansavelmente repetidas. No caso das populações autóctones do estado de Mato Grosso, toda essa experiência social, a familiaridade com os ecossistemas, o conhecimento sobre a fauna e flora adquirido pelos povos indígenas foi subjugada e potencialmente desprezada, em função do etnocentrismo e eurocentrismo.

Conforme Viola (2000) a compreensão do mundo baseada na lógica ocidental e capitalista, descaracteriza a diversidade cultural, ecológica, social e de gênero, pois impõe um ideal de sociedade distinto dos paradigmas endógenos, locais, supervalorizando a lógica européia. Nesse sentido, parte da herança e do patrimônio cultural desses povos se perde paulatinamente, quando o colonizador passa a doutrinar e catequizar os indígenas.

Segundo Bertran (1988) o Centro-oeste do Brasil é habitado há pelo menos 43.000 anos, idade obtida na pesquisa arqueológica realizada em 1986 pelo Instituto Goiano de Pré-história e Arqueologia- IGPA da Universidade Católica de Goiás- UCG, através de teste de radioatividade de cinzas. Na intenção de não incomodar a expansão da conquista branca e do capitalismo, os colonizadores adotam o discurso do vazio e simultaneamente induz a uma política de proteção aos gentios. Para Bertran (1988) os conflitos são desfeitos através de estratégias negociação, libertam-se os escravos gradativamente, amaciam-se os indígenas aos poucos, de modo a não causar impactos abruptos, mas sim a persuasão e domínio desses povos. Segundo Borges (1991, p.39) são escassos os dados referentes á população da região de Mato Grosso. O primeiro Censo de 1872 registra a população de 60.417 habitantes para a província e 84.497 habitantes se incluídos os indígenas, o que demonstra a clara segregação sobre os povos indígenas.

Mesmo que os indígenas não fossem considerados nas estatísticas, o apoderamento de seu conhecimento e a força de trabalho constituem uma realidade para o país. De acordo com Canova (2008) a mão de obra indígena teve um papel¹³ significativo na formação econômica dos Estados de São Paulo e Mato Grosso. Evidências da apropriação do conhecimento e cultura endógena podem ser comprovadas através da disseminação da língua tupi guarani que muitos historiadores apresentam como a língua dominante na região, na apropriação do conhecimento sobre os recursos naturais.

As tribos que aceitaram a dominação, mesmo sendo coagidas a tal feito pela força coerciva dos colonizadores, exerceram um papel ativo como mão de obra na agricultura, nas atividades extrativas (ouro, borracha, ipeca, erva-mate), na pecuária, nas monções, em combates, entre outros. Com a descoberta aurífera no estado de Mato Grosso e a necessidade de povoamento para garantir a posse da região, a Coroa desenvolve uma política branda com os indígenas amistosos. O capitão-general da capitania Antônio Rolim de Moura, segundo Canova (2008), recebe instruções via carta régua para proteger os indígenas mansos, de modo a conservá-los aldeados, não aceitando a violência sem que antes se apliquem meios para civilizá-los. As instruções régias deixam clara a intencionalidade de proteção, visto que o conhecimento indígena sobre o ecossistema, a identificação

¹³ Em São Paulo, desde a ocupação em 1553, estabelece um estilo de vida diferenciado em comparação aos centros produtores de commodities para exportação, a estrutura social e econômica da região se desenvolve de forma mais igualitária, baseado em pequenas propriedades com uma produção diversificada (ALBUQUERQUE, 1977). A população de São Paulo, por não ser o foco da atenção da colônia, tenta encontrar alternativas para sobreviver dentro do sistema colonial e com a incapacidade de obter a mão de obra escrava, eles adotam a preação de indígenas como uma atividade econômica. Apesar dos indígenas terem sido doutrinados, dominados e desaculturados eles sempre foram atores fundamentais no processo de dominação do continente.

das drogas do sertão, o trabalho na agricultura (roças), e a necessidade de povoamento para assegurar a posse da terra, eram fatores significativos para a aparente proteção ao indígena.

No desenrolar do artigo é possível identificar várias atividades econômicas que tinham na mão-de-obra indígena a principal força de trabalho. A dicotomia índios mansos e bravios ditava a postura política a ser executada, variando de acordo com a postura de aceitação da “desindianização” ou perda da identidade étnica. Para Canova (2008) a nação indígena que se submetesse aos interesses e a política da Coroa tornava-se súdita do rei, caso contrário, o tratamento era repressivo. A postura assumidamente etnocêntrica, caracterizando o índio e o negro como seres-humanos sem-razão, ou socialmente imaturos pode ser percebida nas comunicações e documentos oficiais.

O mito do vazio demográfico se estendeu ao longo dos anos nos discursos oficiais até o século XX, seja pela fragilidade dos dados estatísticos ou pelo não respeito a cultura e aos povos indígenas. Apesar de a população indígena ser historicamente tratada com desrespeito, suas raízes e traços são evidenciados na sociedade local.

A violência se apresenta como uma característica das áreas de fronteira, na qual a penetração e ocupação se constituíram dentro de um território em conflito. Ao trabalhar o mito da violência em terras de Mato Grosso, remete-se aos primórdios da formação dos primeiros povoados espanhóis, as investidas dos bandeirantes, a hostilidade dos indígenas que habitavam a região. Posteriormente, novos atores entram na disputa associada à busca pelo ouro e a exploração Colonial. Os agrupamentos populacionais eram frequentemente atacados pelos silvícolas, o que recrudesceu o clima de violência generalizada. O aparato fiscal e a repressão sobre as atividades econômicas, associadas ao monopólio das companhias de comércio foram estopins aos descontentamentos e violência¹⁴.

Conforme Franco (2007) o período republicano também é caracterizado pela força bruta, principalmente na primeira fase republicana, quando se abre um vácuo de poder, os mandatários locais se organizaram em facções e exércitos particulares para assegurar os interesses e disputas políticas pelo mando. A violência foi, durante a república, uma estratégia de coerção utilizada para manipular a população e adquirir prestígio frente ao cenário político nacional, nessa fase incidentes e conflitos podem ser identificados¹⁵. Nesse sentido, percebe-se que a violência não se configura especificamente como um mito, mas como a tentativa de buscar igualdade de direitos, no período Colonial e Imperial e já na República uma estratégia de manutenção do poder político e econômico.

Considerações finais

Mato Grosso possui uma história conturbada na qual seus fundadores foram discriminados e descaracterizados, ao passo que novos elementos impuseram uma trajetória desenvolvimentista que não se adéqua a diversidade social e ambiental do lugar. O mito do isolamento representa um dos

¹⁴ A Rusga se constitui como um dos conflitos mais violentos, deflagrado em 1834, cujo objeto de disputa se relacionou com o poder local. Em razão de desacordo entre os portugueses que exerciam cargos na administração pública e sufocavam a população com desmandos e cobrança exorbitante de impostos sobre os cuiabanos.

¹⁵ Ver A História de Dona **Doninha**: a Trajetória Mística, Social e Cultural da Santa que Apareceu no Sítio de **Tanque Novo** e de sua Intermediária Disponível em: <http://www.ppgasmuseu.etc.br/museu/pages/mestrado.html> Acesso em 29 de maio 2010.

direcionamentos ideológicos do período, as dificuldades de acesso existem ainda hoje e não foram empecilhos para a estruturação de um forte monopólio do comércio e de rígida estrutura mercantil e fiscal, facilitando a apropriação das mercadorias que eram valiosas aos portugueses e poderosos locais.

O mito do vazio demográfico ignorou a população autóctone, apesar de, em algumas situações, terem sido identificada certa “proteção aos gentios”, os mesmos são sempre marginalizados pela sociedade, mesmo que sua sabedoria e cultura estejam em nós.

O mito da violência se configura como uma estratégia para assegurar a manutenção do poder político, via força de coerção. Assim, o artigo nos leva a refletir sobre a realidade sócio-econômica e ambiental da atualidade no sentido de projetar realidades sustentáveis que tentem corrigir ou minimizar um processo institucional cravado em intencionalidades da elite local. Albuquerque (1977) aponta para a possibilidade de se visualizar fatores que evidenciam uma herança institucional recorrente, marcas que perduram na contemporaneidade dentre as quais o poder político que impunha direcionamentos institucionais alinhados com os interesses da elite econômica e política, inviabilizando o desenvolvimento de atividades produtivas que não estivessem diretamente relacionadas a acumulação de riqueza dos mandatários.

A hegemonia portuguesa dos períodos colonial e imperial atrofiou as possibilidades de investimento em desenvolvimento tecnológico e educacional. A administração colonial peava severamente o desenvolvimento de canais apropriados de transporte e comunicação, pois temia concorrência mercantil de outros países. As iniciativas endógenas em busca de novas trajetórias eram sufocadas mediante a coerção. No entanto, há tempo para repensar as trajetórias e agir em prol de um estado socialmente justo, ambientalmente equilibrado e economicamente mais igual.

Referências

ALBUQUERQUE, Marcos Cintra Cavalcanti de. **Quatro séculos de história econômica brasileira**. São Paulo: McGraw-Hill, 1977.

BERTRAN, Paulo. **Uma introdução á história econômica do Centro-Oeste do Brasil**. Brasília: CODEPLAN, Goiás. UCG, 1988. 148p.

BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. **Do Extrativismo à Pecuária**. Cuiabá: Gráfica Genus, 1991.

PRADO Jr., Caio. **História e desenvolvimento**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1972.

CANOVA, Loiva. Os índios em Mato Grosso no governo de Antônio Rolim de Moura (1751-1765). **Histórica- Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, n.32, 2008. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao32/materia04/> Acesso em 16 de março de 2010.

FRANCO, Gilmar Yoshihara. **A construção da identidade Mato-Grossense na escrita de Virgílio Corrêa Filho 1920-1940**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Departamento de História da Universidade Federal da Grande Dourados- MS, 2007.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 14 ed. São Paulo: Nacional. 1976.

GARCIA, Domingos Savio da Cunha. **Indústria da cobiça, cobiçada carne**. Resumo parte da tese "Território e Negócios na 'Era dos Impérios': os belgas na fronteira oeste do Brasil" (Unicamp, 2005). Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/v2/home/impresao.php?id=1404&pagina=1>. Acesso em 13 de março de 2010.

GRAMSCI, A. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira S.A., 1978, p. 03 -23.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 26 ed., 1995.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Monções**. São Paulo: Alfa-Omega, 3ed, 1990.

LENHARO, Alcir. **Crise e mudança na frente oeste de colonização**. NDIHR UFMT ensaios 1. 1982.

LÉVI-STRAUSS, C. **A ciência do concreto**. In _____. O pensamento selvagem. São Paulo: Comp. Ed. Nacional, [1962] 1976. p. 19-55.

LICHA, Antônio Luis. **Dependência da trajetória, irreversibilidade e o papel da história na seleção de tecnologia**. Economia, Curitiba, v-30, n1 (28), p.107-127, jan./jun. 2004 Editora da UFPR. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/economia/article/viewFile/2011/1672>. Acesso em 19 de maio de 2010.

SIQUEIRA, E. M. COSTA, L. A. e CARVALHO, C. M. C. **Processo Histórico e Mato Grosso** 3 ed. Ed GUAICURUS. UFMT, Cuiabá 1990.

MESQUITA, José de. **Piedade**. Cuiabá: Escolas Profissionais Salesianas, 1937. Disponível em: www.jmesquita.brtdata/bvjmesquita.htm.

MIRANDA, Gracy Ourives. **Poaia, ipeca, ipecacuanha: poaia-uma riqueza descoberta em Mato Grosso**. Universidade; Revista da Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 3 (3):54-60, set./dez. 1983.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. **A grande empresa conhecida como Mate Laranjeira e a economia ervateira na bacia platina (1882-1949): notas preliminares**. Disponível em: www.historia.uff.br/stricto/files/public.../2009-12_queiroz.pdf. Acesso em: 23 de abril de 2010.

RIBEIRO, A. R. **A exploração da seringueira no Brasil e Mato Grosso: um resgate dos aspectos econômicos, das políticas nacionais, das relações de trabalho e dos processos tecnológicos**. Monografia apresentada ao departamento de Economia da Universidade Federal de Mato Grosso, 1997.

TRINDADE, Vilma Eliza. **Elites Regionais no Estado Novo: O Caso de Virgílio Corrêa Filho**. Disponível em: <http://sitemason.vanderbilt.edu/files/hRIsw0/Trindade%20Vilma%20Eliza.pdf>. Acesso em 21 de abril de 2010. Universidade de São Paulo.

VIOLA, A. **La crisis do desarrollismo y el surgimiento de la antropología del desarrollo**. In: _____. (Org.). Antropología del desarrollo. Barcelona: Paidós, 2000. p. 09-

